

## **ORDEM DO DIA**

### **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

### **2. Aprovação da ata**

### **3. Comunicações do Presidente**

#### **4. [Petição n.º 253/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Maria Manuela Jesus Ferreira Alves e outros - Solicitam a criação de um regime de exceção no acesso à reforma para os professores – 09h30**

- Audição do peticionário
- Deputada Relatora: Ana Mesquita – PCP

#### **5. [Petição n.º 256/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Ana Margarida Carvalho Maia e outros - Solicitam que sejam adotadas medidas com vista à resolução da situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas – 10h15**

- Audição do peticionário
- Deputado Relator: Álvaro Batista – PSD

#### **6. [Petição n.º 265/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária José Falcão - Solicitam a adoção de medidas com vista à realização de obras na Escola Secundária José Falcão – 11h00**

- Audição do peticionário
- Deputado Relator: Pedro Coimbra – PS

#### **7. [Petição n.º 272/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Federação Nacional de Educação - Solicitam o restabelecimento das carreiras de não docentes - 11h45**

- Audição do peticionário
- Deputado Relator: Sandra Pontedeira – PS

**8. [Projeto de Lei n.º 463/XIII\(2.ª\)](#), do BE, Alteração do Regime Jurídico de Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior (quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março)**

- Apresentação pelo autor (BE)
- Deputada Relatora: – Nilza de Sena - PSD

**9. [Projeto de Lei n.º 326/XIII/2.ª](#) (BE), Medidas de apoio social às mães e pais estudantes atribuindo aos pais o mesmo conjunto de direitos conferidos às grávidas e mães (primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)**

- Discussão e votação na especialidade

**10. [Projeto de Lei n.º 423/XIII/2.ª](#) (PCP), Medidas de apoio social a mães e pais estudantes (1.ª alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)**

- Discussão e votação na especialidade

**11. [Projeto de Lei n.º 424/XIII \(2.ª\)](#) (PAN) – Altera a Lei n.º 90/2001, de 20 de Agosto, que define as medidas de apoio social às mães e pais estudantes**

- Discussão e votação na especialidade

**12. [Projeto de Resolução n.º 68/XIII \(1.ª\)](#), do BE – Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976**

- Discussão

**13. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII \(2.ª\)](#), do PCP – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira - Alandroal**

- Discussão

**14. Data da próxima reunião**

16 de maio de 2017, 15h – Audição do Ministro da Educação  
17 de maio de 2017, 09h30 – Conferência da Educação Especial  
24 de maio de 2017, 09h30

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Tendo sido pedido o adiamento dos pontos 9, 10, 11 e 13, foi depois aprovada a ordem do dia com esta alteração, pelos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

## 2. Aprovação da ata

Não foi distribuída nenhuma ata para aprovação.

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Apreciações parlamentares n.ºs 22 e 24

Apreciação Parlamentar	22	XIII	2	<u>Decreto-Lei n.º 45/2016, de 29 de agosto, que "aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio"</u>	Baixa comissão para discussão e votação	2017-03-24	BE
Apreciação Parlamentar	24	XIII	2	<u>Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, que "Aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio"</u>	Baixa comissão para discussão e votação	2017-03-24	PCP

O Senhor Presidente comunicou que terminou a 3 de maio o prazo para recolha de contributos, tendo questionado sobre a fixação de prazo para apresentação de propostas de alteração, para além das já apresentadas em sede da discussão no Plenário do PS, BE e PCP.

Pelo que foi deliberado fixar como prazo para apresentação de propostas o dia 25 de maio e o dia 31 como a data para discussão e votação na especialidade.

### 3.2. Preços nas refeições e alojamento no ensino superior com base nos indexantes de apoios sociais

Projeto de Lei	469	XIII	2	<u>Fixação dos preços do alojamento e das refeições a estudantes do ensino superior público com base no indexante de apoios sociais</u>	Baixa comissão especialidade	2017-03-31	CDS-PP
Projeto de Lei	473	XIII	2	<u>Indexação automática dos preços máximos de refeição e de alojamento para estudantes do ensino superior ao indexante de apoios sociais</u>	Baixa comissão especialidade	2017-03-31	PS
Projeto de Lei	440	XIII	2	<u>Determinação dos preços do alojamento e das refeições a estudantes do ensino superior em função do indexante de apoios sociais</u>	Baixa comissão especialidade	2017-03-31	PSD

Foi apresentada proposta para se pedir parecer às entidades do sector e depois se marcar um prazo para apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares e se fixar um dia para a discussão e votação na especialidade, foi informado que o Deputado Ivan Gonçalves (PS) estava a preparar um texto de fusão das 3 iniciativas. Nessa sequência, foi deliberado não pedir pareceres e marcar já a discussão e votação na especialidade para o dia 24 de maio.

### 3.3. Projeto de Lei n.º 486/XIII, do PEV - desmaterialização de manuais e outros materiais escolares

Foi deliberado pedir parecer às entidades do sector (constantes da lista distribuída) pelo prazo de 15 dias, tendo a Deputada Ana Mesquita (PCP) proposto também a inclusão da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Sociedade Portuguesa de Autores e Associação Portuguesa de Escritores.

### 3.4.

Proposta de Lei	75/XIII	2	<u><a href="#">Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa.</a></u>	Governo
-----------------	---------	---	---	---------

O Presidente da Comissão informou que tinha baixado à 1.ª Comissão, que era a competente, a iniciativa acima referida, que tinha baixado igualmente à 8.ª, 9.ª e 10.ª Comissões. Foi deliberado elaborar um contributo para remeter à 1.ª Comissão, sendo responsável pelo mesmo a Deputada Susana Amador (PS).

### 3.5.

Projeto de Resolução	831/XIII	2	<a href="#">Fim do financiamento público às garraíadas académicas</a>	BE
----------------------	----------	---	---	----

Foi deliberado que a iniciativa fosse discutida apenas na 12.ª Comissão, que tinha sido indicada como competente.

### 3.6.

Projeto de Resolução	832/XIII	2	<a href="#">Prevenção de consumos excessivos de estimulantes do sistema nervoso central (Ritalina e Strattera) para tratamento da perturbação de hiperatividade com défice de atenção</a>	BE
----------------------	----------	---	---	----

Foi deliberado que a iniciativa fosse discutida apenas na 9.ª Comissão, que tinha sido indicada como competente.

### 3.7. Informação com o processo legislativo pendente na Comissão

Na sequência da distribuição de uma lista com as iniciativas legislativas pendentes na Comissão, o Presidente solicitou que fossem desenvolvidas as diligências necessárias para a conclusão do respetivo processo legislativo.

### 3.8. Pedidos de audiência

A audiência à ADES – Associação de Docentes do Ensino Superior, sobre o Ensino Superior Politécnico, para equacionar a situação dos contratados em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, suprimindo necessidades permanentes de serviço, será presidida por um Deputado piloto do PSD, a indicar posteriormente.

A audiência ao SNAS – Sindicato Nacional dos Assistentes Sociais, para se pronunciar sobre o trabalho dos assistentes sociais nas escolas, será feita na reunião da Comissão.

### 3.9. Relatório de audiências

A aprovação do relatório da audiência à Delegação do Senado da República Checa foi adiada.

O relatório da audiência ao Movimento de Professores Precários foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### 3.10. Café de Ciência

O Presidente da Comissão lembrou o tema do Café de Ciência (Sustentabilidade urbana), a data, hora e local em que se realizará e indicou que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a respetiva Secretária da Estado já tinham confirmado a presença. Pediu depois a participação de todos os Deputados e solicitou questões para serem colocadas aos investigadores.

### **3.11. Conferência Educação Adultos**

O Presidente informou que a conferência tinha sido reagendada para 20 de junho, que já havia 5 oradores confirmados e que previa finalizar o programa até ao fim da semana.

### **3.12. Parlamento dos Jovens**

Por último, o Presidente prestou informações sobre a sua participação na sessão nacional do Parlamento dos Jovens e agradeceu ao Deputado Pedro Pimpão (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho e à Dr.ª Marlene Viegas, Coordenadora da Equipa Parlamento dos Jovens, o trabalho desenvolvido.

## **4. [Petição n.º 253/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Maria Manuela Jesus Ferreira Alves e outros - Solicitam a criação de um regime de exceção no acesso à reforma para os professores – 09h30**

A delegação dos peticionários está identificada na [página da Comissão](#).

O Presidente da Comissão cumprimentou a peticionária, lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou-lhe depois a palavra para a intervenção inicial.

A peticionária agradeceu a oportunidade de estar presente e apresentou a razão que presidiu à petição apresentada.

De acordo com o referido pela peticionária, os professores são uma classe envelhecida, devendo o envelhecimento ser encarado como uma fase de partida e de acolhimento e ensino aos novos professores. A manter-se o atual regime, daqui por uns anos, mais de 80% dos professores terão mais de 50 anos, pelo que apelou a que se pense e reflita sobre esta temática.

A peticionária considera que, a maior parte dos professores, chegada aquela idade, não dispõe de energia, e todos eles gostariam de terminar a carreira docente com dignidade.

Expôs, ainda, que com a idade os problemas de saúde aumentam, a recuperação é cada vez mais difícil, assim como a sensibilidade e constrangimentos no trabalho também aumentam. Isto leva a exaustão e a diminuição das presenças no trabalho.

Ao mesmo tempo, os estudos demonstram que a maior parte do trabalho doméstico é das mulheres, que representam, também, o maior género no ensino.

Por outro lado, referiu que foi aumentada a carga horária, mas que este aumento não contabilizou com as horas despendidas para preparar aulas e corrigir exames. Tal como ninguém releva a exigência de constante formação e atualização.

Terminou, referindo ser importante o rejuvenescimento dos professores, pois que é importante introduzir nas escolas novas dinâmicas e finalmente construir uma escola do século XXI.

Dada a palavra à Deputada Germana Rocha (PSD), a mesma cumprimentou os cerca de 20 mil subscritores na pessoa da peticionária, e agradeceu os contributos apresentados pela mesma. Referiu que a pretensão apresentada é clara e consiste na criação de um regime de exceção. A motivação para este pedido é o enorme desgaste destes profissionais, intrínseco à profissão de professor.

Mencionou ter sido já questionado o Ministro da Educação sobre esta matéria, e referiu que talvez se devesse questionar o Ministro do Trabalho e da Segurança Social, uma vez que temos aqui professores com dois regimes. Expôs, ainda, que o Ministro das Finanças afastou a possibilidade da consagração deste regime excecional, a propósito de uma outra petição e, passado um ano, respondeu que se calhar a competência é do Ministro do Trabalho e da Segurança Social. Por fim, concluiu, questionando sobre se esta questão não deveria ser integrada numa revisão do Estatuto do Docente.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) cumprimentou a peticionária em nome do Grupo Parlamentar do PS e saudou os quase 20 mil peticionários. A pretensão é clara e é de criação de um regime de exceção. Esta questão tem sido já motivo de discussão e debate na Assembleia da República. Em 2005 coexistiam cinco dezenas de regimes excecionais. Foi feito um esforço de convergência, com vista a eliminar alguns desses regimes. Tem havido avanços e recuos sempre com base num regime da excecionalidade. Mas as questões dos professores não podem ser tratadas como excecionais, sob pena de se gerarem injustiças. Temos consciência do desgaste e do progressivo envelhecimento da população docente. E este assunto está, atualmente, a ser tratado, mas não com a celeridade que muitos desejam. O seu Grupo Parlamentar considera, também, que será através da revisão do Estatuto da Carreira de Docente do ensino primário e infância que se poderá trabalhar este regime.

A Deputada Joana Mortágua (BE) começou por referir que um dos grandes problemas é o *burnout* dos professores e que isto constitui um problema para a escola pública, sustentando que hoje a escola pública não permite a interação entre professores mais jovens e professores mais experientes, tal como referido pela peticionária.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que sobre esta matéria têm existido muitas petições, tal como existe um historial de medidas excecionais. A medida que, na sua opinião, mais afetou esta classe profissional foi a convergência do regime da segurança social e função pública. Referiu que, de facto os professores assumem cada vez mais funções multidisciplinares. Neste seguimento, expôs que Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que é necessário discutir a carreira, entendendo, ainda, que hoje se justifica o regime de exceção, devendo, contudo, ser evitadas diferenças e discrepâncias. Termina, agradecendo pelos esclarecimentos prestados, dando conta de que tomaram a devida nota dos mesmos.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por se identificar como a Relatora da presente petição, e nessa medida, referiu justificar-se um pequeno enquadramento da mesma. Esta petição foi subscrita por 19.676 pessoas, tendo sido realizados 16 pedidos a entidades das quais 9 prestaram já resposta.

Quanto ao historial desta petição, referiu que já houve várias iniciativas, nomeadamente foram apresentadas 4 petições sobre a mesma matéria. O que significa e indicia que é uma situação muito cara aos professores. O Grupo Parlamentar do PCP acompanha a posição de que a profissão é muito desgastante e que por isso é preciso avaliar-se as carreiras contributivas longas. A valorização das carreiras contributivas longas está consagrada noutros países e, portanto, devíamos observar os bons exemplos. A propósito desta matéria foram apresentadas iniciativas do PEV e do PCP na 1.ª Sessão Legislativa, as quais foram rejeitadas. Assim, termina dizendo que da parte do PCP fica o compromisso de continuar a insistir nesta matéria.

A peticionária agradeceu e referiu ter ouvido os Grupos Parlamentares a qualificarem o corpo docente como um corpo especial da função pública. O que significa que o corpo docente tem uma especificidade. E sendo um corpo especial, não percebe o porquê de não ter também um regime especial de aposentação.

Quanto à possibilidade destas matérias serem incluídas numa revisão do Estatuto do Corpo Docente, concorda que seria o sítio adequado. Contudo, refere que a própria Lei de Bases do Sistema Educativo deveria ser alvo de uma revisão, nomeadamente no que respeita ao ensino profissional. É o ensino onde surgem os grandes problemas de disciplina. E portanto, os professores acham importante uma reflexão quanto ao Estatuto dos Docentes, e quanto à Lei de Bases.

Quanto à reforma, considera que os 66 anos é uma idade muito avançada e considerando os atuais problemas da escola, será errado a manutenção do limite da reforma nesta data. Exemplifica com o “jogo da baleia azul”, pois considera que a maior parte dos professores não tem sensibilidade para este tipo problemas por não serem da geração da internet. Não se opõe a estar na escola após os 60 anos, mas noutras atividades, como seja dar apoio aos alunos e aos mais jovens. Reforça, que as gerações mais jovens de professores têm de entrar na escola.

O maior problema é não terem uma geração mais nova na escola. Quanto ao regime de carreiras, não abrange todos os professores, e refere que para ter 48 anos de serviço estes profissionais teriam de ter começado a lecionar aos 14 anos. Todos reconhecem a especificidade do trabalho docente, mas o que é certo é que é de alto desgaste mas depois é igual a todos os outros e não pode haver desigualdades. A peticionária terminou, deixando a ideia de que tratar de forma igual o que é diferente é a maior injustiça. E que se reconhecem que o trabalho docente é específico, então também deviam ter esse tratamento.

A audição foi gravada em registo vídeo, que se encontra disponível na [página da Comissão](#).

**5. [Petição n.º 256/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Ana Margarida Carvalho Maia e outros - Solicitam que sejam adotadas medidas com vista à resolução da situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas – 10h15**

A delegação dos peticionários está identificada na [página da Comissão](#).

O Presidente da Comissão cumprimentou as petionárias, lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

A petionária, Ana Maia, referiu que a delegação de petionárias era composta por técnicas especializadas nas escolas, representando mais de dois mil técnicos especializados em situação precária. Tratam-se de técnicos com contratos a termo colocados em diversos agrupamentos de escola, com vista à satisfação de necessidades tidas por temporárias, mas que, em alguns casos, já se verificam há mais de 10 anos. Estes contratos, por regra, não tiveram nenhuma interrupção superior a 60 dias.

Prosseguiu, expondo que estes técnicos estão sujeitos às mesmas regras que o corpo docente e não docente, nomeadamente a nível do horário de trabalho.

Acresce que, com o aumento da escolaridade obrigatória, aumentaram, também, os problemas na escola. Estes técnicos especializados, concretamente, técnico das ciências sociais, é o técnico que está preparado para realizar o diagnóstico destas situações. Além de que os técnicos especializados são quem dinamiza os projetos escolares. Considera que incumbe ao Estado garantir igualdades de tratamento, sendo necessário, também, clarificar as competências, pois que estes técnicos não podem ser colocados só quando existam projetos e vontades políticas. Por outro lado, referiu que não deve continuar este modelo de contratação, ou seja, de concurso anual, e por escola, no sentido de que cada Agrupamento de Escola abre concurso uma vez por ano.

É entendimento da petionária que estes técnicos estão englobados no movimento precários. E que deve ser feita a avaliação desta integração, referindo que, até à regularização, deverão os seus vínculos ser renovados, indicando que os seus contratos terminam em agosto de 2017. Considera que devem ser integradas no Ministério da Educação, como técnicas superiores.

A petionária insistiu que o atual modelo de contratação não pode continuar, informando que as escolas exigem portfolios ou currículos com características diferentes e as entrevistas são marcadas enquanto os contratos ainda estão a decorrer. Considera que devia existir uma fiscalização destes concursos por uma entidade superior, pois que têm conhecimento de que, muitas vezes, nem o tempo de serviço é confirmado.

As petionárias terminam, referindo que pretendem ser enquadrados no programa de regularização dos precários do Estado, e que são mais de 2 mil técnicos que estão dispostos a ir até às últimas instâncias. Perguntaram, ainda, porque é que não foram questionadas as entidades que indicaram, tal como gostavam de saber porque é que Centro de Informação e Relações Públicas (CIREP) existe agora a necessidade de contratação permanente.

Interveio, de seguida, o Deputado Álvaro Batista (PSD), que saudou e congratulou pela reivindicação dos seus direitos. Sublinhou que o Estado deve dar o exemplo nestas matérias e que o problema da regularização é que olhamos para o Governo e vemos um mundo de contratações. O Governo apresentou um relatório sobre precariedade, resultando da sua leitura que não há uma única situação de precários.

Assim, refere ser importante apurar de quantos técnicos especializados é que estamos a falar e se todas as situações são, efetivamente, de precariedade. Também questionou se estes

precários ocupam necessidades permanentes efetivas, e se tinham horários completos, bem como qual a disponibilidade destes técnicos para a mobilidade dentro dos problemas de demografia da escola.

A Deputada Odete João (PS) cumprimentou os peticionários e referiu a preocupação com a situação dos técnicos especializados. No entanto, lembrou que muitos dos psicólogos atualmente nos quadros dos Agrupamentos foram vinculados por governos do Partido Socialista e que há muitos anos existiam terapeutas da fala nos quadros do Ministério da Educação. Sublinhou, ainda, que é novamente pela mão do Partido Socialista que está em marcha a regularização de precários na função pública para garantir a estabilidade de que os profissionais e as instituições precisam. E termina, referindo que não choca que possam existir critérios diferentes por Agrupamento, as escolhas devem ser feitas de acordo com as necessidades e especificidades de cada território, o que choca, contudo, é que possa existir falta de transparência e nesses casos o que é que tem sido feito.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que uma das coisas que resultou do levantamento dos vínculos contratuais é que a Educação é um poço de precariedade. Com efeito, há que olhar para a realidade e ver como agir. O Grupo Parlamentar do BE fez uma audição o ano passado sobre o tema e o problema delatado é a falta de carreira específica, o que faz com que não exista respeito pelo trabalho desenvolvido por estes técnicos. Além de que, não saber o tempo que o técnico vai ficar no agrupamento põe em causa o próprio impacto e influência do trabalho por eles desenvolvido na escola. A questão dos técnicos foi levantada junto do Ministro do Trabalho e Segurança Social aquando do programa de regularização dos precários. Sublinha, contudo, que o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP) é um programa especial de regularização e que não resolve o problema para o futuro, sendo certo que as peticionárias apresentam soluções muito claras.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que, em todas as visitas que fazem a Agrupamentos de Escolas, é sempre evidenciado o problema da precariedade dos técnicos.

Considera que, para que seja possível encontrar uma solução é preciso conciliar uma série de aspetos, pois que temos de prestar um serviço público de qualidade e de inclusividade. Neste ponto, estão de acordo. O problema começa a surgir no concreto e considerando as necessidades de cada território. O Grupo Parlamentar do CDS-PP não tem dúvidas que é preciso encontrar uma solução para a colocação atempada destes técnicos. Tal como depois existirá a questão da plurianualidade. Não sabe como se resolve, mas refere poderem contar com o Grupo Parlamentar do CDS-PP para encontrar uma solução que vá nesta via.

Assim, questionou se já foram ouvidas no PREVPAP e se pensam agir por esta via. Salientou que já foram recebidos pareceres de algumas das entidades consultadas quanto a esta petição, e que as soluções não são todas iguais. Pelo que, questionou como é que pensam preparar-se, considerando a diversidade de respostas que tem sido recebidas.

A Deputada Ana Virgínia (PCP) expôs que não existe a menor dúvida quanto a precariedade dos técnicos especializados. O Grupo Parlamentar do PCP considera que a cada posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo. Sabendo que há técnicos na mesma escola há mais de 10 anos, e ainda que o trabalho desenvolvido pelos técnicos especializados carece de tempo para implementação.

O Grupo Parlamentar do PCP considera que deve haver uma garantia dos direitos, o que justifica a intervenção do Governo nesta matéria.

Considera que os técnicos especializados estão numa situação de instabilidade que tem de ser resolvida. Refere que o Grupo Parlamentar do PSD, enquanto Governo, não resolveu esta matéria, e que da parte do Grupo Parlamentar do PCP continuarão a ouvir a intervir da maneira que considerarem mais eficaz. Por fim, questiona em que diverge a carreira dos técnicos especializados da carreira de docente.

Dada a palavra às peticionárias para prestarem os devidos esclarecimentos, começaram por referir que no que respeita à transparência dos concursos esta não existe em todas as escolas. As situações irregulares foram denunciadas, sem que tenham tido direito a uma qualquer resposta. Referiram que os critérios não são iguais para todas, cada escola escolhe à sua maneira, o que significa que para o técnico especializado é sempre uma incógnita.

Salientam que estão a falar de uma diversidade de profissionais e o que os une é o vínculo precário. E para a generalidade dos profissionais a duração do trabalho em determinados territórios não se pode esgotar num ano letivo.

Expõem que estão cada vez mais a lidar com problemas que vêm vindo a aumentar, por não serem resolvidos. São um conjunto de problemas persistentes. Tal como, a par da necessidade de tratamento destes problemas, têm de cumprir com as exigências a nível de metas curriculares. Estes técnicos especializados fazem um trabalho central, não é exclusivamente com o aluno.

No agrupamento em que cada uma das peticionárias está colocada existe uma necessidade constante, não obstante poderem existir escolas em que esta necessidade seja transitória.

Contudo, as crianças de hoje precisam de mais competências, que não as meramente académicas, pelo que é fundamental a existência de técnicos da área social e humana na escola.

Quanto à questão da mobilidade, referiram que existem muitos casos, mas a insuficiência de técnicos é certamente um problema.

Os técnicos especializados da escola estão organizados a nível nacional, nomeadamente mediante a criação de uma página de facebook.

Referiram, ainda, que consideram dever apresentar idêntico contributo ao constante da petição ao PREVPAP.

Por fim, e quanto à questão da diferença entre o docente e o técnico especializado, referiram que não trabalham especificamente o aluno, pois não têm competências na área do saber e educação, pelo que trabalham o aluno do ponto de vista da cidadania.

A audição foi gravada em registo vídeo, que se encontra disponível na [página da Comissão](#).

**6. [Petição n.º 265/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária José Falcão - Solicitam a adoção de medidas com vista à realização de obras na Escola Secundária José Falcão – 11h00**

A delegação dos peticionários está identificada na [página da Comissão](#).

O Presidente da Comissão cumprimentou as peticionárias, lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Dada a palavra aos peticionários, foi pelos mesmos referido que apresentaram a presente petição e estavam aqui presentes na qualidade de pais, com vista a representar os seus filhos e professores e também as mais de 5.000 pessoas que subscreveram a petição.

Proseguiram, expondo, que a escola tem mais de 80 anos, mas de idade já conta com 180 anos. Consideram que se o Estado pede aos contribuintes para conservarem as suas construções, então também deveria ser possível pedir o mesmo ao Estado quanto às construções de que é proprietário.

Mais, referem que é uma pena o estado de conservação atual da escola, considerando os resultados excelentes que tem ao nível do ensino. É uma escola com ótimos professores e excelentes alunos. E todos os dias estes intervenientes se lamentem pelo estado de conservação do edifício. É uma escola que dispõe atualmente de 800 alunos, mas que poderá vir a ter 1.100 alunos. Além de que a escola se situa numa zona da cidade onde não há muitas escolas e numa zona do concelho onde se localizam os maiores empregadores, como seja o hospital.

Têm havido várias promessas para realizar obras, mas até ver nada foi feito. Salientam que a escola não foi considerada no Portugal 2020, apesar de ter sido pedido.

Consideram que o estado de conservação da escola é evidente, e que existe algum perigo para os professores e para os alunos. Chove dentro das salas de aula, o que leva à interrupção das aulas, bem como no inverno os alunos têm de escrever com luvas, tal é o frio que se sente. No Verão o calor é, também, insuportável.

Referiram que todos os dias ocorrem acidentes na escola, apesar de não serem acidentes graves. A escola carece, assim, de obras de fundo.

Em suma, referiram que os alunos da escola gostam de estudar ali. Sendo certo que para além da questão histórica é uma escola especial e com potencial.

Sublinharam que não estão a pedir, mas antes a alertar para esta necessidade. Tem sido expressa uma vontade política coincidente com esta necessidade, e que até resulta clara do facto de vários dos subscritores virem de vários pontos do país.

Mais, referiram que não se pode defender uma escola pública e depois não se atuar quanto a isso.

Colmataram, dizendo que não exigem que a escola pública tenha as mesmas condições que a escola privada, mas apenas as condições necessárias. A Escola José Falcão é uma escola que faz

parte da história do País, pelo que o estado em que ela esta deve ser encarado como um embaraço para todos nós. Solicitam, assim, que se concretize a vontade política de intervenção na Escola José Falcão, pedindo que os Grupos Parlamentares sensibilizem o Ministério da Educação no sentido de incluir a escola no mapeamento do Portugal 2020, mesmo com dotação zero, para que mais tarde possa vir a beneficiar de verbas não utilizadas noutras candidaturas.

Interveio, de seguida, a Deputada Fátima Campos (PSD), cumprimentando os pais pela apresentação da petição. Referiu que quem tem acompanhado o processo por parte do seu Grupo Parlamentar é a Senhora Deputada Margarida Mano (PSD). Quanto ao peticionado na, considera que é justo. O Liceu José Falcão é uma marca na cidade de Coimbra, em termos de passado, presente e para o futuro. E por isso, considera de difícil compreensão o arrastamento desta situação. Salientou que o Governo está em funções há dois anos e sublinhou que os autarcas também deviam lutar. É uma vontade à vista de todos e é preciso agir. Faz, assim, um apelo a que os partidos que suportam o Governo que atuem junto do Ministério de Educação para que este intervenha.

O Deputado Pedro Coimbra (PS), enquanto Deputado Relator, saudou os peticionários e referiu que esta petição coloca o assunto na ordem do dia. Acha que o que se tem passado nos últimos 20/30 anos com esta escola é intolerável e incompreensível. E a última incongruência é o Governo até 2015 não ter incluído esta escola no mapeamento da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

O Grupo Parlamentar do PS apresentou o [Projeto de Resolução n.º 678/XIII/2.ª](#) - Recomenda ao Governo que proceda a curto Prazo à reabilitação e requalificação da Escola secundária José Falcão, em Coimbra, que recomenda ao Governo que reabilite num curto prazo esta escola. E esta escola foi já incluída pelo Governo. Mas carece de uma intervenção de fundo, motivo pelo qual deve ser incluída nos fundos comunitários.

Assim, questiona os peticionários se têm conhecimento se por parte da DGEstE existe algum estudo de anteprojecto para submeter esta escola ao Portugal 2020.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu conhecer a escola e ter sido já visitada pelo seu Grupo Parlamentar. Considera que não existe nenhuma justificação para que esta escola não tenha recebido nenhuma reabilitação. A escola não foi integrada no mapeamento que foi feito e que, por tal motivo, não foi integrada no Portugal 2020. Para o Grupo Parlamentar do BE há um problema político de fundo.

O Grupo Parlamentar do BE apresentou o [Projeto de Resolução 664/XIII/2.ª](#) - Recomenda ao Governo a reabilitação e requalificação da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra, considerando que é tudo o que pode fazer porque se trata de competência do Governo. Considera, contudo, que é um erro estarmos constantemente a apostar em fundos comunitários, sendo necessária a existência de fundo públicos para isto. O Grupo Parlamentar do BE quer que o Governo invista na escola sem que tenha de esperar pelos Fundos Comunitários, e consideram que pelo menos terá de existir uma calendarização por parte do Governo.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) saudou os pais pela iniciativa cívica. Referiu que a escola foi já visitada pela Senhora Deputada Teresa Anjinho, Deputada do CDS-PP, que muito tem

insistido no tratamento desta matéria. Acho que não fica bem virmos aqui digladiarmo-nos com problemas do passado e de quem é a culpa. O que é necessário é que exista intervenção que não é uma intervenção pontual. Considera que temos aqui duas opções: ou nos atemos na conversa de que a única fonte são os fundos comunitários, ou encaram a questão como ela é, pois que têm um Orçamento de Estado que pode atribuir essa verba. Referiu, ainda, que o Projeto de Resolução 647/XIII/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda a curto prazo a obras de fundo de recuperação, modernização e preservação do edifício da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra, ia mais no sentido de se procurarem soluções realísticas para a frente. E, na sua opinião, a decisão aqui é política e, ou de facto há verbas, ou então temos de assumir que não há.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o seu Grupo Parlamentar visitou a escola e verificaram os problemas graves da escola, nomeadamente o pavilhão desportivo. Contudo, não podem deixar de valorizar o que viram na Biblioteca ao nível do projeto escolar.

Referiu, ainda, que existem uma série de escolas que estão classificadas como monumento público e que não foram objeto de intervenção, considerando que devia existir aqui uma maior preocupação. Consideram que é preciso aprender com os erros, sendo certo que a gestão do Parque Escolar é uma incumbência do Estado. O seu Grupo Parlamentar não tem nada contra o recurso a fundos comunitários, mas considera que não se pode aceitar que, por falta de fundos, não sejam feitas as obras. O estado em que está a escola é já uma questão de segurança para os alunos que a frequentam. O compromisso do Grupo Parlamentar do PCP vai no sentido de dar voz a estas preocupações e que elas ocorram no menor espaço de tempo.

Os peticionários agradeceram as intervenções e referiram que a questão da culpa não é uma questão pertinente, não obstante considerarem importante perceber o que aconteceu.

Referiram que a responsabilidade é do Ministério da Educação, e que é ele que deve atuar. A questão dos fundos comunitários foi a solução mais rápida avançada pelos Senhores Deputados, aquando das visitas à escola, sendo certo que a escola precisa diariamente de obras.

Quanto ao apoio municipal, referiram que lhes foi transmitido que o município se encontra a fazer pressão, e que é consensual, a nível municipal, o apoio a esta causa. Consideram que se trata de uma questão política que deve ser assumida e concretizada.

Expuseram que já existe acordo quanto à intervenção no ginásio, mas que têm receio que esta intervenção seja encarada como solução para toda a escola, quando não o é. Os alunos precisam de intervenção nas salas de aulas.

Referiram desconhecer a existência de projeto com vista a candidatura a fundos comunitários, e que questionaram a DGEstE quanto a esta possível existência de projeto, tendo a resposta sido negativa. Salientaram que a decisão, de intervenção, tem de partir da DGEstE. E que antecipam que sem este projeto não poderá a escola ser intervencionada.

Salientaram que gostariam que a pressão que tem sido desenvolvida seja, efetivamente, concretizada, porque enquanto o Ministério da Educação não disser “faça-se”, nada será feito. Referiram, ainda, que existem várias explicações para que a escola não tenha sido intervencionada. Contudo, isto é uma escola com futuro, com capacidade para receber mais alunos.

Quanto aos fundos comunitários, expuseram que o que pretendem é que a situação seja resolvida, independentemente de onde venha a solução.

A Escola Secundária José Falcão é uma escola dinâmica e os alunos gostam de lá estar.

Acrescentaram que a questão do Portugal 2020 foi apresentada aos petiçãoários como solução, face à intervenção de fundo de que a escola carece. Por carecer de uma intervenção de fundo, foi-lhes referido que seria complicado inserir esta verba em sede de Orçamento de Estado, mas se for uma solução, agradecem.

Em suma, referiram que não vêm pedir nada, pois que se trata de um responsabilidade do Estado para a qual apenas estão a alertar. Consideram que o Estado deve assumir a responsabilidade por uma escola que é pública e que é histórica.

Terminam, referindo que vêm assim exigir que seja cumprido o mandato constitucional, porque no fundo o que se trata aqui é de uma questão política.

A audição foi gravada em registo vídeo, que se encontra disponível na [página da Comissão](#).

#### **7. [Petição n.º 272/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Federação Nacional de Educação - Solicitam o restabelecimento das carreiras de não docentes - 11h45**

A delegação dos petiçãoários está identificada na [página da Comissão](#).

O Presidente da Comissão cumprimentou os petiçãoários, lembrou as grelhas de tempo das intervenções e passou-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os petiçãoários referiram que pretendem a reponderação da situação dos trabalhadores de apoio educativo, salientando que trabalham com crianças e jovens, que são o futuro de Portugal, enfatizando ainda a necessidade de uma atenção especial em relação às crianças com necessidades educativas especiais.

Indicaram que os trabalhadores de apoio educativo são o rosto da escola, no recreio, no corredor, na secretaria, com quem muitas vezes as crianças desabafam. Nessa linha, pediram formação e conteúdos funcionais específicos, para uma melhor qualidade da escola. Referiram ainda os contratos de execução e os de transferência de competências para as autarquias e defenderam que os trabalhadores de educação não podem ser desperdiçados em outras tarefas da responsabilidade das autarquias.

Interveio depois o Deputado Amadeu Albergaria (PSD) indicando que já equacionaram as matérias respeitantes aos 2 pedidos insertos na petição (criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes da educação e revisão dos contratos de execução e dos contratos interadministrativo de delegação de competências no âmbito da educação). Defendeu depois que os assistentes operacionais das escolas são agentes educativos e não agentes indiferenciados.

Indicou que o PSD é favorável à descentralização de competências para as autarquias, mas não à desregulação da matéria a nível dos trabalhadores. Perguntou depois aos petiçãoários se têm

conversado com o Governo sobre a matéria, o qual tem os dados todos, se há falta de funcionários e se o número de assistentes operacionais se mantém.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS, relatora da petição) referiu que a aposta do PS nos agentes educativos é clara e considerou-os fundamentais para o sucesso educativo das crianças e dos jovens. Defendeu depois uma escola educativa, com funcionários motivados e um investimento na formação, valorizando o serviço público da educação.

Informou ainda que o PS é favorável ao processo de descentralização e referiu que o pessoal não docente tem investido na formação o mesmo acontecendo com as autarquias. Por último, questionou se a formação do pessoal resolve a situação ou se a resolução exige carreiras específicas.

A Deputada Joana Mortágua (BE) defendeu a negociação dos sindicatos com o Governo e a diferenciação do pessoal educativo, considerando que representa o 1.º contacto da escola com os alunos e realçando que a vivência com os alunos vai para além da sala de aulas.

Manifestou depois a discordância do BE em relação à contratação de assistentes operacionais como tarefeiros e à utilização de contratos-inserção, defendendo a vinculação desse pessoal à Administração Pública. Por último, transmitiu ainda uma grande preocupação em relação ao processo de transferência de competências para as autarquias.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) manifestou concordância com a criação de carreiras especializadas e com a delegação de competências para as autarquias e defendeu que a resolução da 1.ª questão resolve também a 2.ª.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que identificam o desgaste das carreiras, a falta de formação e a necessidade das carreiras específicas, tendo salientado que a matéria é da competência do Governo e implica negociação com os sindicatos. Indicou depois que continuarão a colaborar para a resolução da situação.

Informou ainda que já tinham deixado um alerta em relação à confusão dos conteúdos funcionais decorrente da municipalização da educação, realçando que têm muitas reticências em relação a este processo, considerando que a universalidade e a igualdade de acesso à educação são postas em causa com a municipalização.

Na sequência das questões e observações expressas, os peticionários referiram que o [Decreto-Lei n.º 515/99, de 24 de novembro](#), posteriormente revogado, previa a definição dos conteúdos funcionais do pessoal não docente. Salientaram que também contribuem para a educação e devem ter um conteúdo funcional específico definido.

Informaram que o Governo indicou que a criação de carreiras especiais é difícil, mas os conteúdos funcionais podem ser mais clarificados. Os peticionários defenderam que os conteúdos funcionais específicos são importantes para minorarem os efeitos negativos da transferência de competências para as autarquias.

Discordaram depois da utilização de trabalhadores indiferenciados, desempregados, tarefeiros e com contratos de inserção. Consideraram que a Portaria dos rácios de assistentes operacionais

não pode ser cega e deve variar de escola para escola. Por último, reiteraram que os trabalhadores não podem estar a termo indefinidamente e que isso prejudica a estabilidade e o planeamento da escola.

A audição foi gravada em registo vídeo, que se encontra disponível na [página da Comissão](#).

**8. [Projeto de Lei n.º 463/XIII\(2.ª\)](#), do BE, Alteração do Regime Jurídico de Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior (quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março)**

No âmbito da apresentação do projeto de lei o Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que a legislação existente está dispersa e o objetivo é a sua clarificação, mencionando que haveria maior discussão no Plenário.

**9. [Projeto de Lei n.º 326/XIII/2.ª](#) (BE), Medidas de apoio social às mães e pais estudantes atribuindo aos pais o mesmo conjunto de direitos conferidos às grávidas e mães (primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)**

A discussão e votação na especialidade foi adiada.

**10. [Projeto de Lei n.º 423/XIII/2.ª](#) (PCP), Medidas de apoio social a mães e pais estudantes (1.ª alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)**

A discussão e votação na especialidade foi adiada.

**11. [Projeto de Lei n.º 424/XIII \(2.ª\)](#) (PAN) – Altera a Lei n.º 90/2001, de 20 de Agosto, que define as medidas de apoio social às mães e pais estudantes**

A discussão e votação na especialidade foi adiada.

**12. [Projeto de Resolução n.º 68/XIII \(1.ª\)](#), do BE – Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976**

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu os antecedentes da matéria e salientou que a Caixa Geral de Aposentações tinha confirmado que foram atribuídas aposentações ao abrigo da legislação que depois foi revogada, pelo que esses docentes tiveram um tratamento diferenciado.

A Deputada Germana Rocha (PSD) lembrou que anteriormente se tinha posto a hipótese de fazer a audição da Caixa Geral de Aposentações, em conjunto com a Comissão de Trabalho e Segurança Social, tendo reiterado a proposta.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) manifestou concordância com a audição nos termos propostos e acrescentou que há docentes não contemplados no diploma, por terem concluído o curso depois de 1975-1976, mas que se encontram em situação de injustiça.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) considerou que o Governo devia dar uma diretiva de orientação à Caixa Geral de Aposentações, para resolver as situações dos docentes abrangidos pelo diploma e defendeu que estavam em causa apenas os casos de docentes que concluíram os cursos em 1975-1976. Referiu ainda que o n.º 2 do projeto de resolução é redundante.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a matéria já é clara, entendendo que se podia concluir a discussão e remeter o projeto de resolução para votação no Plenário.

A terminar, a Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que a posição da Caixa Geral de Aposentações é clara e não se pretende a alteração da lei, mas apenas da aplicação não uniforme da mesma. Nesta sequência, pediu aos Grupos Parlamentares que remetam propostas de alteração do projeto de resolução, para apreciação na reunião seguinte da Comissão e se consensualizar um texto, a remeter para votação no Plenário.

### **13. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII \(2.ª\), do PCP](#) – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira - Alandroal**

Adiado.

### **14. Data da próxima reunião**

16 de maio de 2017, 15h – Audição do Ministro da Educação  
17 de maio de 2017, 09h30 – Conferência da Educação Especial  
24 de maio de 2017, 09h30

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de maio de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 24 de maio de 2017.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Alexandre Quintanilha)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Emília Santos  
Ilda Araújo Novo  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Odete João  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
Álvaro Batista  
Ana Oliveira  
Ana Virgínia Pereira  
Diana Ferreira  
Elza Pais  
Fátima Ramos  
Ivan Gonçalves  
José Manuel Pureza  
Maurício Marques  
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista  
Diogo Leão  
Margarida Mano  
Porfírio Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados